

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

4ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017

Data: 26 de outubro de 2017

Horário: 9h00

Local: Auditório da Secretaria da Habitação-R. Boa Vista 170 - 15º andar São Paulo- Centro - SP

Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

SEGMENTO ESTADO

Ricardo Daruiz Borsari	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
Seica Ono	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
Hiroaki Makibara	Secretaria Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH
Daniel Jesus de Lima	Empresa Metr.Águas e Energia S.A-EMAE
Helio Rubens G. Figueiredo	SABESP
Gilson Gonçalves Guimarães	CETESB
Marcel Bataieio	Secretaria da Saúde - SS
Laura Stela N. Perez	Secretaria do Meio Ambiente - SMA
Sérgio L. Damiaty	Secretaria de Educação
Monica T. Rossi	Companhia de Desenvol. Hab. e Urbano - CDHU
Gerson Salviano A. Filho	IPT
Roberson Souza Goyano	Secretaria de Logística e Transportes / DH

SEGMENTO MUNICÍPIOS

Jumara Bocatto	Embu Guaçu
Marcelo Rodrigues da Motta	Itapeverica da Serra
Airton dos Santos	Carapicuíba
Diego Luiz Hernandez	Francisco Morato
Adolfo José Ribeiro de Almeida	Biritiba Mirim
Miguel Reis Afonso	Suzano
Emilio Carlos F. Soares	Santana de Parnaíba
Daniel Teixeira de Lima	Mogi das Cruzes
Solange Wu	Salesópolis
Vanderlon O.G	Salesópolis
Humberto R. da Silva	São Bernardo do Campo

34 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

35	Jorge Henrique Nicareta Rosa	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC
36	Sandra Irene Momm Schult	UFABC
37	Ricardo Ferraz	Ricardo Ferraz
38	Sandro Oliveira das Chagas	CIESP Guarulhos
39	Hillmann Carlos Henrique A.	CIESP – Cotia
40	Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP – Guarulhos
41	Bruno Leonel	CIESP – São Paulo
42	Alexsandra Socorro Iahn	FECOMERCIO-SP
43	Francisco Silveira Mello	SINDAREIA
44	Vanessa Lima Nunes Dias	SINDUSCON-SP
45	Osni de Mello	SINDIPEDRAS
46	Francisca Adalgisa	APU
47	Dimitri Auad	MDV
48	Shindi Kiyota	UNIAGUA

 49 **CONVIDADOS PERMANENTES**

50	Leandro Henrique F. Leme	Ministério Público
51	Denise Baruzzi Brandão	Ministério Público

 52 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

53	José Auricchio Júnior,	Prefeito de São Caetano do Sul
54	Francisco de Assis R. Além	FIESP
55	Luiz Sérgio Ozório Valentim	Secretaria da Saúde – SS
56	Ronaldo Vasques	CIESP-São Paulo
57	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
58	Edésio Gersel B. Rocca	SENAI
59	Lilian Sarrouf	SINDUSCON-SP

60

61 **1. Abertura.** O Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto
 62 Tietê-CBH-AT, Ricardo Borsari, abriu a reunião constatando existência de
 63 quórum, agradecendo a presença de todos. **2. Leitura, discussão e votação**
 64 **da ata da 3ª Reunião Plenária de 2017, de 31/07/2017.** Constar que (i) Daniel
 65 Teixeira de Lima (PM de Mogi das Cruzes) solicitou que o segmento Municípios
 66 deve ter prazo maior para apresentação dos projetos FEHIDRO, válido tanto
 67 para as solicitações dos prazos atuais como para os futuros, (ii) que a APU e
 68 demais entidades da Sociedade Civil também foram signatárias do documento,
 69 que não foram convocadas para a reunião do segmento em prévia da reunião
 70 plenária do Comitê, (iii) referente ao escrito na linha 378, foi solicitada alteração
 71 de: “O Secretário encaminhou como primeiro quesito proposta de aprovação
 72 dos planos para aprovação dentro do Comitê, com a devida apresentação”

73 para “O Secretário sugeriu convidar técnicos para apresentação ao plenário
74 dos planos mencionados pelo Walter Tesch”, a saber: Lei Específica do Alto
75 Juquiá, São Lourenço, Plano da Bacia do Alto Tietê dialogando com as
76 Mudanças Climáticas, PDUI, Termo de Referência que está sendo discutido na
77 Prefeitura de São Paulo, o Plano de Saneamento e o Plano da
78 Macrometrópole, revisado. A Ata deverá ser aprovada na próxima reunião. **3.**
79 **Expediente, Comunicações e Ordem do Dia.** Ricardo Borsari informou: (i) em
80 resposta ao Ofício do Ministério Público 514.2017 que o Comitê não tem as
81 prerrogativas descritas no item “g” do Ofício, mas tem colaborado para a
82 diminuição da dependência do município de Guarulhos através de
83 financiamento com recursos oriundos do Fundo Estadual de Recursos
84 Hídricos-FEHIDRO e que aprova os projetos que estão em carteira; (ii)
85 receberam Ofício de Convite para participação do Comitê na 1ª reunião de
86 integração das Diretorias Colegiadas dos Comitês de Bacias e 2ª reunião do
87 Fórum Paulista de Comitês de Bacias de 2017, a ser realizada em Marília-SP,
88 e foi encaminhado à Diretoria do Comitê; (iii) Ofício da CETESB 0489/2017/P
89 que encaminha o Boletim Bimestral de Qualidade das Águas Brutas do Sistema
90 Cantareira–maio/2017, encaminhado aos membros do Comitê; (iv) Ofício MP nº
91 680/17, que solicita parecer a respeito da poluição do rio Tietê nos municípios
92 de Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus, respondendo que o Comitê
93 não dispõe de parecer exclusivamente da poluição nos municípios, e que, no
94 Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê que está em processo de elaboração,
95 constará análise da qualidade e quantidade dos recursos hídricos da BHAT,
96 proposta de metas e ações, além do Comitê indicar projetos para
97 financiamento com recursos FEHIDRO; (v) Comunicado do Fórum Paulista de
98 Comitês de Bacias sobre o Encontro Regional SUDESTE “Gestão Participativa
99 e Social da Água-A sociedade compartilhando tecnologias locais”,
100 encaminhando à Câmara Técnica de Educação Ambiental – CTEA, que indicou
101 para participação Francisca Adalgisa da Silva (APU e Coordenadora CTEA) e
102 Roberta Maia (UFABC na CTEA) para representar o CBH-AT no evento; (vi)
103 Ofício Circular CORHI 01-17 que encaminha para conhecimento e análise do
104 Comitê os cálculos dos indicadores previstos referente à distribuição dos
105 recursos financeiros do FEHIDRO para manifestação dos Comitês, foi
106 encaminhado para Câmara Técnica-CT; (vii) diversos convites recebidos, para
107 eleição do segmento sociedade civil, participação no processo de elaboração
108 do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado-PDUI da RMSP; (viii) Ofício
109 CETESB 597.17.IE que encaminhou EIA RIMA - Ferroanel Trecho Norte,
110 direcionado ao GT Projetos Ambientais; (ix) Ofício PM de Salesópolis
111 Anteprojeto do Plano Diretor-2017 753.2017-GP encaminhando ao GT
112 Consultas Ambientais; (x) Ofício ANA 39.2016 sobre o Procomitês-Programa
113 Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, assinado,
114 aderindo e encaminhado à CRHi o termo de adesão. O Secretário solicitou

115 encaminhamento para conhecimento dos membros do Comitê os documentos
 116 recebidos que farão parte do item Expediente e Comunicações. **4.**
 117 **Informações sobre o Diálogo Interbacias de 2017.** Francisca Adalgisa (APU)
 118 apresentou uma visão geral relacionada a Educação Ambiental-EA e como ela
 119 pode atuar no Comitê. Comentou sobre as preparações do 8º Fórum Mundial
 120 da Água relacionado às oportunidades de participação da sociedade de forma
 121 mais aberta e que em paralelo ocorrerá o Fórum Alternativo Mundial da Água-
 122 FAMA. No Diálogo Interbacias em termos de conteúdo foram destacadas as
 123 experiências dos Comitês de Bacias, com destaque sobre a governança das
 124 águas e articulações sociais. Informou que a CEA-Coordenadoria de EA está
 125 reestruturada informando que sua coordenadoria está sendo representada pela
 126 Raquel, da SMA. Informou também sobre sobre o Fórum da Juventude 5ª
 127 Conferência Infante Juvenil ressaltando a importância da participação dos
 128 Comitês. Comentou que será elaborado um artigo em coautoria com a Profa.
 129 Roberta UFABC, relacionado ao Diálogo, sobre o pouco espaço de
 130 participação da sociedade civil no sistema e também sobre a ausência da
 131 participação cidadã neste evento. O artigo apresentará alternativas de como
 132 seria um processo mais construtivo de participação e trocas de experiências.
 133 Também ocorreu debate sobre a construção do Plano de EA para os Comitês
 134 em entendimentos para uma diretriz mínima, atuando nos processo de
 135 divulgação, formação e mobilização social nas temáticas relevantes por bacias
 136 hidrográficas, que deverá ser elaborada em forma de minuta pela CT-EA CRH
 137 e na forma de Programa de Formação pelo Programa Progestão. As
 138 apresentações detalhadas estarão disponíveis no portal e na CT-Educação
 139 Ambiental, sendo que nas reuniões, a participação será aberta. Gerson
 140 Salviano (IPT) acrescentou que no Diálogos Interbacias ocorreu uma etapa
 141 regional do 8º. Fórum Mundial e por isso foi um pouco mais técnico.
 142 **Deliberações. 5. Deliberação CBH-AT nº 45/2017 que Aprova o parecer**
 143 **técnico sobre EIA/RIMA do empreendimento: “Ampliação da Extração de**
 144 **Granito – Votorantim Cimentos S/A – Município de Itapecerica da Serra.**
 145 Amauri Pollachi (APU), Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e
 146 Articulação–CTPA, apresentou o documento informando que a CETESB em
 147 julho de 2017 solicitou análise e manifestação sobre o EIA/RIMA do
 148 empreendimento. O Comitê atribuiu à Câmara Técnica PA a responsabilidade
 149 pela análise e proposição de minuta de manifestação do CBH-AT com
 150 participação do Subcomitê Cotia-Guarapiranga. Em agosto de 2017 ocorreu
 151 uma apresentação técnica do EIA/RIMA pelos representantes do
 152 empreendedor em reunião conjunta do GT Consultas Ambientais e do
 153 Subcomitê Cotia Guarapiranga. A Deliberação diz no Artigo 2º- Caberá ao
 154 Grupo de Trabalho Consultas Ambientais o acompanhamento das
 155 recomendações constantes no item 3 do Parecer anexado, bem como o
 156 oferecimento de subsídios e esclarecimentos conforme a necessidade.

157 Anteriormente o empreendimento já passou por análise em outubro de 2016, e,
158 após avaliações das instâncias envolvidas, a minuta de parecer técnico
159 apontou que a revisão do projeto não previa a preservação das áreas
160 vegetadas em estágio médio ou avançado de regeneração na APRM
161 Guarapiranga, em atendimento à Lei 12.233/06, condição que impede a
162 remoção da vegetação. Previamente à inserção do assunto em pauta para
163 deliberação pelo Comitê, foi feita uma solicitação pela Votorantim para
164 postergar a aprovação da minuta do Parecer Técnico solicitando reavaliação,
165 após o que, apresentou complementações na CETESB quando foi feita nova
166 apresentação em reunião conjunta do GT Consultas Ambientais e do
167 Subcomitê Cotia-Guarapiranga em 24/08/2017. O Comitê analisou que (I) a
168 Unidade opera desde a década de 1950 fornecendo brita de granito para uso
169 na construção civil, sempre em expansão. Atualmente produz cerca de 125.000
170 toneladas/mês de brita, (II) a maior parte do empreendimento situa-se na bacia
171 do Ribeira do Iguape e drena para bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço,
172 outra parte na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do
173 Guarapiranga-APRM-G, em áreas dos Municípios de Itapeverica da Serra e
174 São Lourenço da Serra; (III) o projeto de ampliação proposto irá rebaixar piso
175 da cota 820 até a cota 655 msnm; (IV) a drenagem na área de lavra possui
176 conformação de taludes que direcionam as águas pluviais para uma bacia de
177 decantação que retém sedimentos para posterior lançamento, com
178 monitoramento ambiental periódico dos níveis de sólidos sedimentáveis; (V) a
179 proposta de compensação ambiental para a expansão pretendida foi
180 demonstrada ilustrativamente em áreas que já eram exploradas. A área proposta
181 para compensação apresentada pelo empreendedor foi demonstrada, situando-
182 se totalmente em Área de Restrição à Ocupação–ARO formando praticamente
183 uma conectividade, e sobre a APRM-G. O empreendedor gravará na matrícula
184 como reserva de compensação, e também não irá suprimir vegetação em
185 estágio médio ou avançado de regeneração, ou a vegetação primária. Na
186 Deliberação deverá constar claramente as figuras, tanto da área de expansão
187 do empreendimento como da compensação que consta da apresentação e
188 deverá ser anexada ao Parecer, substituindo a figura dois. O representante do
189 empreendedor complementou sobre o licenciamento, dizendo que ao longo das
190 décadas foram feitos todos os licenciamentos, tanto por parte da CETESB
191 quanto do Governo Federal, e estão regularizados. Quando iniciaram o
192 empreendimento, por se tratar de maciço rochoso não havia praticamente
193 vegetação e toda área verde existente é propriedade da empresa. Todo
194 processo industrial usa pouca água, no geral apenas para o uso doméstico.
195 Amauri disse que na área há uma bacia que recebe a sedimentação, e que, na
196 reapresentação feita pelo empreendedor em julho de 2017 o EIA apresentado
197 demonstra a área pretendida para a ampliação não ocorrerá em “áreas de 1ª
198 categoria” e áreas cobertas por matas e todas as formas de vegetação nativa

199 primária ou secundária pela Lei Estadual nº 12.233/2006. Não discute o
 200 impacto da redução da vegetação afetar a produção de água. A nova proposta
 201 não afeta a vegetação no Guarapiranga, em APP, existe apenas remoção de
 202 5,23ha de vegetação caracterizada como estágio inicial ou de reflorestamento.
 203 As áreas da APRM-G onde haverá supressão são aquelas que já foram objeto
 204 de recuperação (áreas de lavra e do antigo depósito de estéril), onde há
 205 reflorestamento de exóticas e vegetação em estágio pioneiro ou inicial. Na
 206 proposta avaliada de 2016 o empreendedor pretendia suprimir 24,77ha de
 207 vegetação em estágio médio situada em ARO. Na revisão do projeto resultou
 208 em redução da área e em alteração do padrão da vegetação a ser suprimida na
 209 APRM-G, em locais antes explorados pela atividade mineradora. Na finalização
 210 do Parecer o Comitê recomenda prosseguimento do processo de licenciamento
 211 ambiental do empreendimento sugerindo que o empreendimento seja dotado
 212 de instalações, equipamentos e procedimentos adequados ao uso racional da
 213 água. Sandra (UFABC) disse que seria importante ficar demonstrada a
 214 compensação quando o empreendedor referenciar a conectividade, constar
 215 como Reserva Legal ou RPPN, ou o mais eficiente, objetivando maior
 216 efetividade enquanto área protegida, a ser garantida, formalizando como
 217 recomendação. O empreendedor respondeu que consta do Eia-rama, e a bacia
 218 de sedimentação drena com baixa velocidade garantindo a decantação
 219 seguindo a água limpa ao seu curso natural. Amauri disse também que há
 220 áreas com ocupação irregular na vizinhança, e ao gravar a área como
 221 compensação ambiental preservada cria uma barreira para a expansão, e o
 222 empreendedor certamente poderia avaliar futuramente qual seria a melhor
 223 categoria para a Unidade de Conservação. O Secretário opinou que formalizar
 224 constando como recomendação iria extrapolar a delimitação da área de
 225 atuação do Comitê nos recursos hídricos, causando-lhe preocupação, e que,
 226 os órgãos licenciadores devidos já tem tal atribuição, inclusive as atribuições do
 227 CONSEMA. Amauri disse que poderia ser posto como recomendação ao Órgão
 228 Ambiental que da compensação solicitasse ao empreendedor avaliação para
 229 qualificar na melhor categoria a Unidade de Conservação. Osni
 230 (SINDIPEDRAS) disse que seria necessário mais elementos para constar de
 231 fato tal recomendação. Sandra disse que a recomendação seria destinada ao
 232 Órgão Ambiental Licenciador para avaliar qual seria o instrumento mais
 233 adequado, ou o mais forte, a fim de garantir a conectividade. Gilson Guimarães
 234 (CETESB) esclareceu que a Reserva Legal é o mais forte. Deliberação
 235 aprovada por unanimidade. O Secretário sugeriu que todos pudessem ter
 236 acesso ao material a ser deliberado com consulta disponível na Secretaria
 237 Executiva, ou que fosse enviado juntamente com todo o material da reunião. **6.**
 238 **Deliberação CBH-AT nº 46/2017: Aprova a inclusão do Instituto de**
 239 **Arquitetos do Brasil no Cadastro Permanente e dá posse para**
 240 **participação no Subcomitê Billings Tamandateí na gestão 2017-2019.**

241 Ana Sedlacek (CBHAT) apresentou, comunicando que a entidade atendeu
242 todos os trâmites compondo o Cadastro Permanente do Subcomitê e passaria
243 a ter representação mediante indicação de Deliberação aprovada em plenário,
244 na atual reunião. Toda documentação está disponibilizada e aberta para
245 consulta na Secretaria do Comitê. Deliberação aprovada por unanimidade. 7.
246 **Deliberação CBH-AT nº 47/2017: Aprova a indicação de empreendimentos**
247 **para financiamento com recursos do FEHIDRO de 2017 em 2ª chamada, e**
248 **dá outras providências.** Josué Barranco, Coordenador da Câmara Técnica de
249 Gestão de Investimentos - CTGI, apresentou. Os valores da primeira e da
250 segunda chamada para aplicação dos recursos da cobrança são no valor de
251 R\$ 61.691.611,03, dos quais R\$ 39.601.611,03 são destinados para as áreas
252 de mananciais. Na 2ª chamada contemplou 9 projetos das demandas induzidas
253 e espontânea. Nas reuniões de análise das Câmaras Técnicas definiram o
254 Artigo 1º - Excepcionalmente para as indicações de 2017, fica revogado os
255 incisos I e II do artigo 3º da Deliberação CBH-AT nº 44/2017 que passa a
256 vigorar com a seguinte redação: “I – No mínimo 55% para demanda induzida; e
257 II – No máximo 25% para demanda espontânea” aprovando 9 projetos e com o
258 saldo remanescente disponibilizado para 2018. O Secretário alertou para
259 exercerem um olhar crítico sobre o processo, pois mesmo com a crise
260 financeira deixaram de aplicar recursos, e existindo recursos disponíveis.
261 Apontou para necessidade de uma revisão das regras ora estabelecidas, e das
262 dificuldades dos tomadores atenderem as exigências para a obtenção dos
263 recursos. Classificou o tema como preocupante, que requer postura de desafio,
264 a ser superado pelo Comitê no próximo ano possibilitando o acesso aos
265 recursos. Jumara Bocatto (PM de Embu Guaçu) disse que os Municípios
266 menores, justamente são os que têm mais necessidade e que possuem
267 grandes áreas em mananciais, e tem ainda mais dificuldades até pela carência
268 de profissionais em seus quadros técnicos. Solicitou curso específico para
269 atender a demanda na formulação de projetos. O Secretário sugeriu que a
270 FABHAT contratasse uma consultoria para fornecer o apoio aos Municípios
271 menores, ou outra solução, por um esforço conjunto, formulando Deliberação
272 nesse sentido se possível ainda em 2017, atendendo a demanda para otimizar
273 a captação dos recursos no exercício de 2018. Ressaltou que apesar disso na
274 2ª chamada ocorreram grandes os avanços fornecendo recursos para projetos
275 importantes perfazendo um montante considerável. Amauri disse que o Comitê
276 tinha alta taxa na “mortalidade” de projetos, mas nos últimos anos conseguiram
277 reverter o quadro. O Secretário solicitou equilíbrio na avaliação dos projetos.
278 Josué informou que a CTPA já agendou reunião nesse intuito e já na
279 Deliberação pode-se notar que foi contemplado o projeto da P.M de Biritiba
280 Mirim. Daniel reforçou a questão dos prazos para atender a realidade dos
281 Municípios organizando e planejando bons projetos. Helio Figueiredo
282 (SABESP) sugeriu que a FABHAT fosse a tomadora de recursos dos

283 Municípios menores em uma contratação por conjunto de pequenos
284 Municípios, e o exemplo da contratação dos Planos Municipais de
285 Saneamento. Jumara disse que o montante de projetos dos Municípios frente
286 aos mais de 35 Municípios da bacia são poucos, considerando interessante a
287 proposta de Helio Figueiredo e mesmo uma ideia que a partir do PDUI para as
288 Concessionárias de Saneamento captarem recursos. O Secretário enfatizou
289 nesse sentido que a SABESP captou recursos em saneamento beneficiando os
290 Municípios de Itapeverica da Serra e Ribeirão Pires, entre outros projetos com
291 pequenos investimentos e intervenções, mas que os Municípios não
292 conseguem dar conta, e, portanto essa ação deveria ser estimulada pelo
293 Comitê sendo que as obras trazem benefícios de imediato, por isso deveriam
294 continuar evoluindo no aperfeiçoamento do processo como tema análise, “até
295 para nos convenceremos que estamos fazendo da melhor maneira possível”,
296 finalizou dizendo. Foi solicitado também um olhar para os demais tomadores
297 que não conseguem captar recursos. Gilson disse que é preciso também olhar
298 o rol total dos inscritos, sem cair em uma visão simplória, inclusive porque nas
299 análises sempre ocorrem situações de readequações e pedidos de
300 esclarecimentos, para os mais diversos motivos na maioria dos projetos
301 apresentados, porém muitas vezes a resposta para a solução é a mesma, não
302 restando outra saída que a desabilitação. O Secretário concluiu que poderiam
303 estruturar uma forma na tentativa de fornecer estrutura aos Municípios
304 menores e estimular o segmento da sociedade civil, que muitas vezes também
305 carece de estrutura, para apresentarem projetos. Colocou o DAEE à disposição
306 da FABHAT para o apoio nos processos de gestão da contratação. Sandra
307 disse que é desejável a participação cada vez maior da sociedade civil, o que
308 demanda ação estratégica de fomento do Comitê por segmentos. Foi
309 ressaltado que ao mesmo tempo é preciso haver mais comprometimento e
310 participação nas Câmaras Técnicas e na análise dos projetos, com recursos
311 humanos. A Deliberação sofreu alterações, como no Art. 1º. Excepcionalmente
312 para as indicações de 2017, ficam revogado os incisos I e II do artigo 3º da
313 Deliberação CBH-AT nº 44/2017 que passa a vigorar com a seguinte redação:
314 “I – No mínimo 55% para demanda induzida; e II – No máximo 25% para
315 demanda espontânea”. Foram citados também os nomes dos projetos
316 contemplados e no Artigo 6º- Os tomadores dos empreendimentos indicados
317 nos artigos 12º e 23º deverão apresentar os produtos e resultados às
318 instâncias do CBH-AT conforme cronograma a ser estabelecido pela CTGI e
319 que será disponibilizado aos tomadores pela Secretaria Executiva. Gilson
320 explicou o Parágrafo único do Artigo 5º -. Do saldo remanescente de R\$
321 17.414.421,57 referente aos recursos da cobrança, no mínimo 50% deverão
322 ser aplicados em projetos para conservação, proteção e recuperação das áreas
323 de mananciais que atendam a área de atuação do CBH-AT; a diferença do que
324 não atingiu o exigido na Lei será reservado para área de mananciais em 2018.

325 O Secretário considerando que a plenária não se manifestou contrária às
326 alterações apresentadas nas readequações para melhoria de entendimento e
327 as de redação, poderiam outorgar responsabilidade para que a Câmara
328 Técnica apresentasse uma redação final submetendo ao Secretário. A
329 Deliberação foi aprovada com 24 votos e 2 abstenções. O Secretário disse
330 para não mais ocorrer o envio dos documentos com alterações posteriores,
331 pois o colegiado não teria conhecimento. Sandra disse que na penúltima
332 reunião ao ser apresentado o Relatório de Situação fez comentário sobre a
333 bacia hidrográfica como unidade de planejamento, o que foi aceito, e solicitado
334 o envio posteriormente do texto com a contribuição, e, que foi entregue, porém
335 não constou no documento final. Sendo ainda possível, deveria constar a
336 contribuição ao texto. **8. Outros assuntos.** O Secretário abriu a palavra aos
337 membros do Comitê para suas comunicações de interesse geral. Marcelo
338 Rodrigues da Motta (P.M de Itapeverica da Serra) disse que estão em processo
339 de compatibilização do Plano Diretor com o Município de Embu há
340 aproximadamente dois anos e dentro dos parâmetros solicitados eles já estão
341 em condições de compatibilização, mas seria necessário agilidade para ser
342 aprovado no Comitê, pois o documento ainda tem de retornar da CPLA. O
343 Secretário solicitou agilidade para uma Deliberação nesse sentido ser aprovada
344 no colegiado. Foi comunicado que os Subcomitês já tiveram seus membros
345 empossados, a não ser o SCJuqueri Cantareira. Hélio César Suleiman, Diretor
346 Presidente da FABHAT, esclareceu acerca da sugestão para FABHAT ser a
347 tomadora de recursos elaborando contratação conjunta dos Municípios
348 menores e do suporte oferecido pelo DAEE, que no planejamento existe uma
349 diferença brutal entre o CBH PCJ e o Alto Tietê porque o PCJ tem flexibilidade
350 na elaboração dos contratos, pois tem domínio Federal, já no Alto Tietê todos
351 os contratos dependem do FEHIDRO, mas estão procurando alinhar e oferecer
352 esse suporte tão necessário. O Secretário disse que em última análise se
353 tivessem dificuldades poderiam recorrer a uma Instituição do Estado como
354 tomadora. Sobre a elaboração do Plano de Bacia o Diretor Presidente disse
355 que foi comunicado que deverá ocorrer uma grande mudança na forma de
356 apresentação do Plano, definindo metas e ações pactuadas com o executor.
357 Seria bom, portanto providenciar ampla divulgação da alteração. E também que
358 juntamente com outros Comitês solicitaram adiamento no prazo de entrega
359 para atender as novas regras do Plano. Por fim, solicitou a participação de
360 todos nas Oficinas Regionais do Plano para construção das metas e
361 ações. Tendo sido cumprida a pauta de trabalhos e não havendo mais assuntos
362 o Secretário Executivo Ricardo Borsari agradeceu a todos e deu por encerrada
363 a reunião. Esta Ata constitui o resumo dos registros da Ata completa, que
364 contém o inteiro teor desta reunião Ordinária, e foi elaborada pelo Taquígrafo
365 Dartan Gravina com revisão da Secretaria Executiva do CBH-AT.

366 **José Auricchio Júnior**

367 Presidente do CBH-AT

368 **Ricardo Daruiz Borsari**

369 Secretário Executivo do CBH-AT